

MP investiga a farra da PM

ANDRÉ BARRETO

BRASÍLIA – O Ministério Público do Distrito Federal começa a apurar hoje os gastos da Polícia Militar de Brasília com viagens ao exterior. O **Jornal do Brasil** revelou ontem que a PM pagou R\$ 620 mil para quatro policiais que foram a El Salvador dar aulas na Academia de Polícia local. Além do salário e da gratificação, os policiais ganharam passagens aéreas para toda a família e para suas empregadas domésticas. Eles receberam dinheiro até para pagar o transporte de seus carros particulares. A Promotoria de Justiça Militar abrirá procedimento administrativo interno e solicitará a documentação para análise detalhada do caso.

Os promotores Nísio Tostes e Paulo Gomes ficaram impressionados com os valores e iniciaram as investigações. “Diante dos fa-

tos, as providências têm de ser tomadas imediatamente”, disse Tostes.

O governador Joaquim Roriz (PMDB) se mostrou confuso. “Não sei de onde veio isso, vou mandar descobrir se houve gasto”, disse. Foi o próprio governador quem assinou o ato que designou os policiais que viajaram a El Salvador, em 16 de junho de 2000.

A segurança pública do Distrito Federal é paga pela União. Em 2000, Roriz conseguiu aumentar a verba de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 2,5 bilhões. A PM custa ao governo federal R\$ 370 milhões por ano.

A Secretaria de Segurança Pública e o comandante da Polícia Militar, Coronel Rui Sampaio – que até ontem classificavam os gastos excessivos como “normais e dentro da lei” –, decidiram instaurar Inquérito Policial Militar

para descobrir o destino da verba utilizada nas viagens. “Se as atitudes não foram éticas, devem ser apuradas. Constatadas irregularidades, devem ocorrer punições, por se tratar de dinheiro público”, afirmou Wellington Moraes, secretário de Comunicação Social do Governo.

A assessoria de imprensa da corporação informou que “não cabe à PM a estipulação de valores (...), mas sim o fiel cumprimento do que preceitua a legislação (...)”. A lei que permite os gastos é de 1970, editada quando a PM do Distrito Federal era considerada estratégica pelo regime militar. A fórmula de cálculo dos valores foi definida pelo governo de Brasília. A lei fala em indenização dos gastos com transportes; o governo paga para que os policiais levem os próprios carros. O sargento Antônio Carlos dos Santos Farias é dono de uma

Caravan ano 1979, que vale entre R\$ 1,8 mil e R\$ 2 mil. Pelo seu transporte, foram pagos R\$ 18 mil. “A lei não pede comprovação”, disse o coronel João Vítola, assessor de imprensa da Secretaria de Segurança Pública.

Antônio Carlos embolsou US\$ 60 mil (R\$ 152 mil), sem contar os salários mensais, e acha que recebeu pouco. “Nem nos pagaram pelo risco de vida”, disse. Ele disse que teve de escapar de dois terremotos. “Foi um sufoco”. Os outros policiais que viajaram para El Salvador foram o sargento Celso Fernandes, que recebeu US\$ 58 mil; o tenente-coronel Flávio Carvalho, que embolsou US\$ 69,7 mil – a maior fatia da verba –; e o coronel Francisco Maynarde, ligado a Roriz, que recebeu US\$ 58 mil, para chefiar a missão. A Secretaria de Segurança Pública confirmou os pagamentos aos oficiais, mas disse que foram legais.